



PACTO ENERGIA
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

Demonstrações Financeiras

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente



Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanco patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	
1 Contexto operacional	10
2 Setor elétrico no Brasil	11
3 Políticas Contábeis	12
3.1 Declaração de conformidade	12
3.2 Base de elaboração	12
3.3 Uso de estimativas e julgamentos	12
3.4 Principais práticas contábeis	13
3.5 Demonstrações de fluxo de caixa	17
3.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023	17
3.7 Pronunciamentos novos ou normas emitidas, mas ainda não vigentes	18
4 Caixa e equivalentes de caixa	19
5 Consumidores	20
6 Partes relacionadas	22
7 Tributos compensáveis	22
8 Ativos e passivos financeiros setoriais	23
9 Ativos financeiros da concessão e intangível	28
10 Fornecedores	31
11 Tributos a recolher	31
12 Encargos setoriais	31
13 Consumidores item financeiro	32
14 Outros passivos circulantes	32
15 Patrimônio líquido	33
16 Receita líquida	34
17 Custo de operação e construção	35
18 Receitas (despesas) operacionais	35
19 Resultado financeiro	36
20 Imposto de renda e contribuição social	36
21 Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco	37
22 Contingências	38
23 Seguros	38
24 Eventos subsequentes	39



Building a better
working world

Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, N.930 - 11º Andar, Salas 1110 a 1115
Setor Bueno - Goiânia - GO - CEP: 74215-170
Tel: +55 62 3605-1100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e quotistas da
Força e Luz Coronel Vivida Ltda.
Coronel Vivida - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

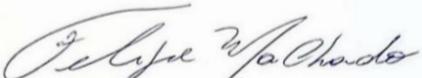
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 04 de outubro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Felipe Machado Oliveira
Contador CRC GO-022208/O

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		7.425	8.642
Caixa e equivalentes de caixa	4	448	3.305
Consumidores	5	3.552	2.616
Concessionárias e permissionárias		5	-
Serviços em curso		139	-
Tributos compensáveis	7	184	63
Almoxarifado operacional		179	59
Ativos financeiros setoriais	8	1.069	2.268
Outros ativos		1.849	331
		14.968	15.264
Não circulante			
Tributos compensáveis	7	4.610	5.878
Depósitos judiciais e cauções		80	89
Outros ativos		199	177
Ativo financeiro da concessão	9	706	505
Imobilizado	9	41	-
Intangível	9	9.332	8.615
Total do ativo		22.393	23.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo		
Circulante	17.592	19.819
Fornecedores	10 3.822	4.031
Empréstimos e financiamentos	262	262
Obrigações sociais e trabalhistas	398	296
Tributos a recolher	11 842	521
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	570	584
Encargos setoriais	12 1.101	717
Passivos financeiros setoriais	8 1.517	4.378
Consumidores - item financeiro tarifário	13 6.952	7.211
Outros passivos circulantes	14 2.128	1.819
	262	523
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	262	523
Patrimônio líquido	4.539	3.564
Capital social	15 7.257	7.257
Prejuízos acumulados	(2.718)	(3.693)
Total do passivo e patrimônio líquido	22.393	23.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita líquida	16	27.410	25.520
Custo das atividades operacionais	17	(23.119)	(20.357)
Lucro bruto		4.291	5.163
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(4.670)	(4.430)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	1.324	688
		(3.346)	(3.742)
Resultado financeiro			
Receita financeira	19	535	1.117
Despesa financeira	19	(468)	(409)
		67	708
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.012	2.129
Imposto de renda e contribuição social	20	(51)	(720)
Correntes		(51)	(720)
Diferidos		-	-
Lucro líquido do exercício		961	1.409
Quantidade de quotas		7.257	7.257
Lucro por lote de mil quotas - R\$		132,42	194,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	961	1.409
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	961	1.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.257	(5.102)	2.155
Lucro líquido do exercício	-	1.409	1.409
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.257	(3.693)	3.564
Lucro líquido do exercício	-	961	961
Outros	-	14	14
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.257	(2.718)	4.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.012	2.129
Ajustes para a reconciliação do lucro antes do imposto de renda e contribuição social com caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	644	441
Juros e variações monetárias, líquidas	276	(2.130)
Amortização de ativos/passivos financeiros	(4.923)	-
Constituição de subsídios	(1.176)	-
Provisão para perdas créditos esperadas	-	11
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	-	3.102
Perdas - Material em depósito	300	(551)
	(3.867)	3.002
Redução (aumento) dos ativos		
Consumidores	(936)	2.121
Estoques	61	(29)
Tributos a recuperar	1.147	(58)
Ativos financeiros e setoriais	(774)	1.195
Depósitos judiciais	9	15
Outros ativos	(508)	(143)
	(1.001)	3.101
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(209)	(216)
Obrigações sociais e trabalhistas	102	-
Tributos a recolher	364	1.015
Encargos setoriais	384	(435)
Passivos financeiros setoriais	4.035	3.609
Outros	(153)	(4.352)
	4.523	(379)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(345)	5.724
Imposto de renda e contribuição social pagos	(94)	(677)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(439)	5.047
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no ativo financeiro da concessão	-	(44)
Aplicações no imobilizado	(41)	(167)
Aplicações no intangível	(2.210)	(5.211)
Baixas de intangível	210	-
Participações financeiras do consumidor	(43)	(2)
	(2.084)	(5.424)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Lucros distribuídos	-	(12)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(334)	-
	(334)	(12)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(2.857)	(389)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.305	3.694
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	448	3.305
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(2.857)	(389)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“FORCEL”, “Empresa” ou “Concessionária”), concessionária de distribuição de energia elétrica, constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada em 1º de setembro de 1959, tem por objetivo a distribuição e comércio de energia elétrica para o município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Concessões

Conforme 5º Termo Aditivo assinado em 09 de dezembro de 2015, a Concessionária detém a concessão até 07 de julho de 2045 para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no município de Coronel Vivida, conforme discriminado no contrato de concessão nº 69/99, que lhe foi transferida pelo Decreto nº 68.871, de 5 de julho de 1.971, reagrupada por meio da Resolução ANEEL nº 219, de 25 de junho de 1999.

Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía capital circulante líquido negativo de R\$10.167 (R\$11.177 em 31 de dezembro de 2022), decorrente, principalmente, do reconhecimento do crédito tributário oriundo de ação judicial transitada em julgado, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e seus efeitos, o que gerou a obrigação de ressarcir os consumidores em montantes proporcionais ao crédito reconhecido. Em agosto de 2023, foi homologado o processo de revisão tarifária pela ANEEL, conforme a Nota Técnica nº 77/2023-STR/ANEEL. Durante o exercício de 2023, o montante de R\$2.609 foi ressarcido aos consumidores via processo de revisão tarifária. A administração espera que o saldo de R\$4.788 seja amortizado no ciclo de revisão tarifária de 2023.

Além disso, no grupo de fornecedores, há um saldo em aberto de R\$2.751 relacionado a um contrato de compra de energia, resultante do não cumprimento de obrigações contratuais. Embora o passivo seja de curto prazo, a administração considera que a liquidação pode ser postergada em função do rolamento processual, proporcionando maior flexibilidade no fluxo de caixa da empresa.

Há também um saldo de R\$1.040 no grupo de compra de energia de microgeração, que será compensado com contas a receber provenientes de transações com consumidores de energia, sem previsão de liquidação em caixa. Além disso, existe um passivo de R\$570 referente a dividendos declarados e juros sobre capital próprio, cuja liquidação pode ser flexibilizada, já que a transação ocorre com os sócios.

O saldo de R\$1.123, referente à redução tarifária de 2022/2023, resulta da diferença entre a tarifa aplicada e a homologada, após o reajuste tarifário anual de -12,04% para Alta Tensão e 0,75% para Baixa Tensão, conforme a NT 158/2022-SGT e a Resolução Homologatória 3.096. Embora o passivo possa ser exigido a curto prazo, a administração prevê que o desembolso ocorrerá em períodos posteriores.

A Forcel está passando por um processo de reestruturação de sua estrutura de capital para fortalecer sua posição financeira e garantir a sustentabilidade a longo prazo. Esse movimento estratégico é essencial para enfrentar os desafios do setor de distribuição de energia e continuar investindo em infraestrutura crítica. Como parte da reestruturação, a administração está revisando a redução de custos fixos, o que permitirá o direcionamento de recursos para melhorias operacionais e expansão da rede de distribuição. Além disso, com base na Resolução Homologatória nº 3.375, de 20 de agosto de 2024, as tarifas da Empresa foram reajustadas em uma média de 0,92%, sendo aplicáveis aos consumidores e agentes atendidos pela distribuidora. As novas tarifas estão vigentes de 26 de agosto de 2024 a 25 de agosto de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração entende que a geração de caixa da Empresa neste mesmo período reverterá a posição do capital circulante líquido demonstrada em 31 de dezembro de 2023, além de gerar caixa adicional para a Empresa.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Empresa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

3. Políticas contábeis

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Concessionária foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

3.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Empresa é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Empresa.

A administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras tais como, total de consumidores, não foram auditados pelos auditores independentes.

Autorização de emissão das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 04 de outubro de 2024.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração realize estimativas para a determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são feitas com base no princípio de continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas continuamente ou quando novas informações se tornam disponíveis, ou ainda, as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem divergir para com o resultado real. As principais estimativas estão abaixo descritas:

- Receita de fornecimento de energia não faturada;
- Provisões;
- Ativos e passivos financeiros setoriais; e
- Ativo financeiro bens da concessão.

3.4. Principais práticas contábeis

a. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Empresa, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Empresa possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a administração da Empresa decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero (ITG 01 (R1)).

A Empresa reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), e o valor da contraprestação é calculado conforme a tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL.

b. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

c. Instrumentos financeiros

A Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo Amortizado ('CA'):** ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento d'1º e principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ('VJORA'):** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- **Valor Justo por meio do Resultado ('VJR'):** todos os demais ativos financeiros.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Empresa (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Concessões do serviço público

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

e. Consumidores

Estão apresentadas a valores de realização. Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados e acréscimos moratórios. A Empresa contabiliza provisão para perdas de créditos esperadas em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Ativos e passivos financeiros setoriais

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Empresa, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

g. Intangível

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens correspondentes, limitados ao final da concessão. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro - concessão, refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e o Comunicado Técnico Geral CTG 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

h. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as pendências em curso. A Empresa não espera desembolsos em conexão com o resultado desses processos.

3.5. Demonstrações de fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudança sem políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, nem na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da empresa.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, pois a Empresa não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois.

3.7. Pronunciamentos novos ou normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Empresa está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidencição) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

A Empresa avaliou como não aplicáveis às suas demonstrações financeiras normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contas bancárias à vista	416	184
Aplicações financeiras (a)	32	3.121
	<u>448</u>	<u>3.305</u>

(a) Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários, com um prazo de 12 meses para o resgate, sendo remunerados a uma taxa média de 98% do CDI em 2023 e entre 95% e 100% do CDI em 2022.

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**5. Consumidores**

A composição de saldo de consumidores no exercício de 2023, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

	Valores correntes							Valores renegociados				TOTAL 2023	TOTAL 2022
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Renegociada a vencer		Renegociada vencida			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PCLD	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de energia	2.744	-	616	3	2	34	(35)	-	149	-	-	3.513	2.586
Residencial	842	-	232	2	1	14	(15)	-	-	-	-	1.076	793
Industrial	1.165	-	214	-	-	-	-	-	149	-	-	1.528	987
Comercial	421	-	87	1	1	16	(16)	-	-	-	-	510	436
Rural	186	-	83	-	-	4	(4)	-	-	-	-	269	182
Poderes Públicos	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	74
Iluminação Pública	64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64	56
Serviço Público	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	50
Serviço Taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	30
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.783	-	616	3	2	34	(35)	-	149	-	-	3.552	2.616

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição de saldo de consumidores no exercício de 2022, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

	Valores correntes							Valores renegociados				TOTAL 2022
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Renegociada a vencer		Renegociada vencida		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PCLD	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	
Fornecimento de energia	2.260	-	299	23	2	37	(35)	-	-	-	-	2.586
Residencial	593	-	188	14	1	18	(21)	-	-	-	-	793
Industrial	933	-	52	2	-	-	-	-	-	-	-	987
Comercial	398	-	30	4	1	15	(12)	-	-	-	-	436
Rural	148	-	29	3	-	4	(2)	-	-	-	-	182
Poderes Públicos	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74
Iluminação Pública	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56
Serviço Público	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
Serviço Taxado	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.290	-	299	23	2	37	(35)	-	-	-	-	2.616

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Empresa não possui concentração de cliente em sua receita, não possuindo nenhum cliente que represente 20% ou mais da receita anual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. As seguintes transações com as partes relacionadas foram realizadas durante o exercício:

Saldos patrimoniais passivos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores	40	57
Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. (a)	40	57
Outros passivos circulantes	1.216	1.637
Serviços jurídicos (a)	1.216	1.637

Resultado:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas		
Fábio Berger - Aluguéis	-	(26)
Máxima FM Ltda. - Propaganda e publicidade (b)	(15)	(19)
	<u>(15)</u>	<u>(45)</u>

a. Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. inclui em seu quadro societário a Sra. Tatiane Berger, que é filha do Sr. Fábio Berger, administrador e sócio quotista da Concessionária. A contratação dos serviços pela empresa está relacionada ao pagamento de honorários advocatícios.

b. Máxima FM Ltda. - integra o quadro societário da respectiva empresa o Sr. Roberto Lang, administrador e quotista da Concessionária. As despesas referem-se a gastos com publicidade e propaganda.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do Conselho Fiscal. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 267 (2022: R\$ 448).

7. Tributos compensáveis

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos por tributo		
Pis a compensar	269	447
COFINS a compensar	4.248	5.419
ICMS a compensar	93	12
Outros tributos a compensar	184	63
	<u>4.794</u>	<u>5.941</u>
Circulante	184	63
Não circulante	4.610	5.878

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 28 de março de 2019, em que, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de 19 de junho de 2019, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de tributos a recuperar – Não circulante	2023	2022
Saldo inicial	5.878	7.223
Correção monetária	625	754
Compensação com débitos tributários	(1.974)	(2.111)
Outros tributos estaduais	81	12
Saldo final	4.610	5.878

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 22/08/2023 a 22/08/2024, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em agosto de 2023, logo após o final da vigência do Índice de Reajuste Tarifário .

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Empresa transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado;

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais em 2023, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA Ativa	2.128	68	(1.813)	23	44	450	227	223	450	-
Aquisição de energia - (CVA energia)	1.048	36	(832)	15	-	267	167	100	267	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	169	(43)	(126)	-	-	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	11	(11)	(5)	-	5	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	73	46	(60)	2	-	61	28	33	61	-
ESS	158	142	(204)	6	-	102	32	70	102	-
CDE	669	(102)	(586)	-	39	20	-	20	20	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	140	638	(160)	1	-	619	126	493	619	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia	140	(113)	-	1	-	28	28	-	28	-
Bandeiras tarifárias	-	90	(90)	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (a)	-	661	(70)	-	-	591	98	493	591	-
(-) Provisão para redução ao. valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativos financeiros setoriais	2.268	706	(1.973)	24	44	1.069	353	716	1.069	-

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais no exercício de 2022, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA Ativa	2.976	(1.355)	(2.282)	-	2.789	2.128	1.693	435	2.128	-
Aquisição de energia - (CVAenerg)	-	295	(1.180)	-	1.933	1.048	714	334	1.048	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	2.908	(2.376)	(363)	-	-	169	169	-	169	-
Transporte rede básica	25	10	(24)	-	-	11	5	6	11	-
Transporte de Energia - Itaipu	43	79	(49)	-	-	73	40	33	73	-
ESS	-	(299)	(150)	-	607	158	181	(23)	158	-
CDE	-	936	(516)	-	249	669	584	85	669	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	436	41	(105)	16	(248)	140	62	78	140	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	436	320	(75)	15	(696)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia	-	190	(51)	1	-	140	62	78	140	-
Bandeiras tarifárias	-	7	(7)	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (a)	-	(476)	28	-	448	-	-	-	-	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativos financeiros setoriais	3.412	(1.314)	(2.387)	16	2.541	2.268	1.755	513	2.268	-

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais em 2023, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos financeiros setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferênci a (b)	Saldo em 31/12/2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulant e	Não circulant e
CVA passiva	-	(86)	62	(4)	(88)	(116)	(87)	(29)	(116)	-
Aquisição de energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(67)	47	(3)	(43)	(66)	(66)	-	(66)	-
Transporte rede básica	-	(3)	-	-	(8)	(11)	-	(11)	(11)	-
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	(16)	15	(1)	(37)	(39)	(21)	(18)	(39)	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	(4.378)	(1.574)	6.834	(78)	(2.205)	(1.401)	(1.010)	(391)	(1.401)	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(30)	(1.217)	271	(45)	-	(1.021)	(632)	(389)	(1.021)	-
Sobrecontratação de Energia	-	(1)	-	(1)	-	(2)	-	(2)	(2)	-
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (a)	(4.348)	(356)	6.563	(32)	(2.205)	(378)	(378)	-	(378)	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	(4.378)	(1.458)	6.694	(82)	(2.293)	(1.517)	(1.097)	(420)	(1.517)	-

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais no exercício de 2022, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos financeiros setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/202 1	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	(129)	(481)	610	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	(454)	454	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	(129)	(27)	156	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	(1.713)	(6.181)	3.134	(36)	418	(4.378)	(4.348)-	(30)	(4.378)	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	(30)	-	-	-	(30)	-	(30)	(30)	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(1.713)	(6.151)	3.134	(36)	418	(4.348)	(4.348)	-	(4.348)	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	(1.842)	(6.662)	3.744	(36)	418	(4.378)	(4.378)	(30)	(4.378)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os saldos de “outros ativos” e “outros passivos” financeiros setoriais são compostos pelos seguintes itens:

	2023	2022
Outros ativos financeiros setoriais	591	-
Ativo financeiro - CUSD	98	-
Tributos a recuperar em processo de prescrição	493	-
Outros passivos financeiros setoriais	(378)	(4.348)
Ultrapassagem de demanda	(113)	(46)
Excedente reativo	(212)	(132)
Demais passivos financeiros - DESPCHO 1959/22	(4)	(505)
Demais passivos financeiros - DSP 1120/23	(49)	-
Devolução de crédito Pis/Cofins - s/base ICMS	-	(3.665)

(b) A movimentação de transferência resulta principalmente do reajuste tarifário de 2023, no qual a Empresa incluiu na base de reajuste parte dos créditos de PIS e COFINS já habilitados e aproveitados, além de uma estimativa de aproveitamento futuro. O saldo foi transferido de outros passivos circulantes.

9. Ativos financeiros da concessão e intangível

Com base na análise dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, a administração aplicou a Interpretação Técnica Geral ITG 01 - Contratos de Concessão, que orienta sobre o reconhecimento de concessões de serviços públicos, como forma de refletir o negócio da Empresa, conforme a seguir:

- A parcela dos bens imobilizados integrantes da concessão que não serão amortizados ou depreciados até o prazo final da concessão, estão sendo reconhecidas como ativo financeiro da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- A parcela que será depreciada ou amortizada dos direitos integrantes da concessão, durante todo o período da concessão, está sendo reconhecida como ativo intangível, que representa um direito que será remunerado pelos usuários dos serviços públicos pela tarifa pactuada com o poder concedente.

Por natureza, os bens da concessão em serviço da Empresa, no exercício de 2023 estão constituídos da seguinte forma:

	2023				2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão
Terrenos	-	-	-	376	-	376
Edificações e benfeitorias	404	(272)	132	-	65	-
Máquinas e equipamentos	12.409	(5.678)	6.731	329	5.633	128
Veículos	1.203	(174)	1.029	-	1.125	-
Móveis e utensílios	674	(165)	509	1	521	1
Softwares	536	(357)	179	-	228	-
	15.226	(6.646)	8.580	706	7.572	505
Participação do consumidor	(1.671)	632	(1.039)	-	(1.155)	-
	13.555	(6.014)	7.541	706	6.417	505

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por natureza, os bens da concessão e o intangível em curso da Empresa estão constituídos da seguinte forma:

	2023				2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão
Máquinas e equipamentos	6	-	6	-	-	-
Materiais em depósito (a)	1.785	-	1.785	-	2.198	-
	1.791	-	1.791	-	2.198	-
Participação do consumidor	-	-	-	-	-	-
	1.791	-	1.791	-	2.198	-
Total do ativo intangível	15.346	(6.014)	9.332	706	8.615	505

(a) O saldo apresentado em “Materiais em depósito” inclui o valor da “Provisão para redução ao valor recuperável”, que em 2023 é de R\$ (124) e em 2022 era de R\$ (136).

As depreciações são calculadas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 367/2009 atualizadas peças resoluções nº 474/12 e 674/15. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2023, os principais bens e instalações são depreciados pelas taxas anuais a seguir:

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67%
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67%
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57%
Estrutura do sistema (poste)	3,57%
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35%
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35%

Administração central

Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%

A taxa média de depreciação e o valor residual dos bens foram determinados considerando a vida útil econômica estimada dos bens integrantes da concessão, bem como o valor estimado da indenização no vencimento da concessão.

Nos exercícios de 2023 e 2022 não houve capitalização de custos de empréstimos. A Empresa utiliza recursos próprios para os investimentos nas atividades da concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos saldos

I. Intangível

	Saldos 31/12/2022	Adições	Perdas	Baixas	Transferências (b)	Depreciação	Saldos 31/12/2023
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	65	73	-	-	-	(7)	131
Máquinas e equipamentos	5.633	1.987	-	(73)	(376)	(433)	6.738
Veículos	1.125	72	-	-	-	(167)	1.030
Móveis e utensílios	521	51	-	(2)	-	(62)	508
Softwares	228	-	-	-	-	(49)	179
Materiais em depósito	2.198	27	(300)	(135)	(6)	-	1.784
	9.770	2.210	(300)	(210)	(382)	(718)	10.370
Participação do consumidor	(1.155)	45	-	(2)	-	74	(1.038)
	8.615	2.255	(300)	(212)	(382)	(644)	9.332

(b) Substancialmente as transferências ocorridas no exercício referem-se à R\$ 181 que foi alocado no grupo de estoques de sucatas e R\$ 201 no grupo de Ativo financeiro da concessão.

De acordo com o OCPC 01 – Contratos de concessão, a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e a parcela remanescente (valor residual) como ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

Os grupos de intangíveis que possuem valor residual após estimativa de amortização e depreciação até o final do período de concessão, foram transferidos para o Ativo financeiro da concessão. Findo o exercício, os saldos são recalculados, revertidos para o intangível e apropriados novamente para o exercício seguinte.

II. Imobilizado

	Saldos 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação 2022	Saldos 31/12/2023
Terrenos	-	41	-	-	41
	-	41	-	-	41

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

III. Ativo financeiro da concessão

	Saldos em 31/12/2021	Movimentação Líquida	Saldos em 31/12/2022
Terrenos	356	20	376
Máquinas equipamentos	105	23	128
Móveis e utensílios	-	1	1
	461	44	505

	Saldos em 31/12/2022	Movimentação Líquida	Saldos em 31/12/2023
Terrenos	376	-	376
Máquinas equipamentos	128	201	329
Móveis e utensílios	1	-	1
	505	201	706

10. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de energia elétrica	3.351	3.487
Fornecedores de materiais e serviços	471	544
	3.822	4.031

11. Tributos a recolher

	2023	2022
IRPJ	-	29
CSLL	-	14
PIS	20	28
COFINS	92	118
ICMS	710	314
ISS	7	7
Outros	13	11
	842	521

12. Encargos setoriais

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

	2023	2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE	516	461
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	390	256
Programa de eficiência energética	95	-
Outros	100	-
	1.101	717

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Consumidores - item financeiro tarifário

	2023	2022
Compra de energia microgeração	1.041	540
Consumidores PIS/COFINS a compensar	4.788	6.336
Redução tarifaria 22/23	1.123	335
	6.952	7.211

A partir Lei 14.385 de 27 de junho de 2022, que define que os valores pagos a maior pelos consumidores de energia pela incidência de ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS deverão ser devolvidos por meio da tarifa de energia, na forma integral, os valores obtidos. A conta de consumidores PIS/COFINS a compensar refere-se ao saldo total do crédito, pertencente ao consumidor, que é corrigido mensalmente através da Selic, e que está à disposição para transferência para Passivos Financeiros setoriais a título de composição das revisões tarifárias seguintes.

14. Outros passivos circulantes

	2023	2022
Conselho de consumidores	41	-
Honorários advocatícios (i)	1.216	1.637
Subsídios CDE – ciclo 2022/2023	640	-
Outros (ii)	231	182
	2.128	1.819

(i) Os honorários advocatícios estão sendo liquidados conforme o uso do crédito tributário de PIS e COFINS, obtido com o auxílio do consultor jurídico, com uma parte significativa já paga. A Administração estima que o valor total será quitado até 31 de dezembro de 2024, seguindo o planejamento financeiro e o cronograma estabelecido.

(ii) Os saldos referem-se, predominantemente, a repasses de convênios para iluminação pública e para entidades privadas.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 7.256.534 (sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Acionistas	Cotas	%
Adelio de Carli	5.376	0,074%
Alex Sandro Schiavini	461	0,006%
Antonio Martins Annibelli	821	0,011%
Apolonia Ivanir Decesaro	2.997	0,041%
Ceres Loures Martins	2.463	0,034%
Denite Maria Pizzatto	4.561	0,063%
Fabio Berger	3.042.206	41,924%
Gabriel Eduardo de Carli	5.375	0,074%
Gilberto Veraldo Schiavini	2.307	0,032%
Giovani Antonio Schiavini	461	0,006%
Helio de Carli	5.376	0,074%
Jones Mario de Carli	5.376	0,074%
Jose Antonio Tremea	6.907	0,095%
Jose Renato dos Santos Taborda Ribas	65	0,001%
Julio Cesar Prestes Schiavini	461	0,006%
Loris de Carli	5.376	0,074%
Madeira Serbema Ltda	31.342	0,432%
Maria Salete Manique Barreto	2.307	0,032%
Marly de Lordes Schiavini Grahl	2.307	0,032%
Município de Coronel Vivida	972.199	13,398%
Neri de Carli	5.376	0,074%
Neusa Evanir Gugik	4.431	0,061%
Pedro Mezzomo	23.914	0,330%
Roberto Lang	655.116	9,028%
Rogério Raspolt	52.849	0,728%
Rosani Raspolt	7.688	0,106%
Roseli Raspolt	7.688	0,106%
Teresinha Mezzomo	2.400.728	33,084%
Total	7.256.534	100,00%

b. Destinação dos lucros

Os lucros apurados após o término do exercício social serão repartidos entre os quotistas, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve distribuição de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita líquida

	2023	2022
Fornecimento de energia elétrica	22.380	29.156
Residencial	9.435	9.345
Industrial	2.954	9.055
Comercial	5.200	6.000
Rural	2.271	2.074
Poder público	1.002	921
Serviço público	819	896
Iluminação pública	699	865
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	20.818	14.249
Consumidores cativos	10.495	8.688
Consumidores livres	10.323	5.561
Uso da rede elétrica de transmissão faturado	-	-
(-) Transferências	(10.773)	(8.850)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - ultrapassagem demanda	(125)	(62)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - excedente de reativos	(153)	(100)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - difer. perdas regulatórias	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - consumidores cativos	(10.495)	(8.688)
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	8.456	8.080
Constituição e amortiz. - CVA ativa e passiva	(1.826)	2.746
Constituição e amortiz. - RTP diferimento ou devolução	(82)	764
Constituição e amortiz. - demais ativos e passivos setoriais	5.644	(52)
Serviços cobráveis	174	91
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	4.546	4.531
Total	40.881	42.635
Receitas de construção	2.539	913
Receita operacional bruta	43.420	43.548
(-) Impostos incidentes sob receita	(10.089)	(12.629)
PIS	(498)	(494)
COFINS	(2.279)	(2.280)
ICMS	(7.312)	(9.814)
ISS	-	(41)
(-) Encargos do consumidor	(5.921)	(5.399)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	(187)	(133)
Programa de eficiência energética - PEE	(62)	(131)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.640)	(5.108)
Taxa de fiscalização dos serviços energia elétrica - TFSE	(32)	(27)
Receita líquida	27.410	25.520

(i) O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando, entre outros, a garantia de recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, onde possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo até 220 kWh/mensal usufruam de desconto na tarifa de energia, podendo chegar a 65%.

(ii) Com objetivos similares, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Energia Solidária através da Lei 20.943/21, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 150 kWh/mês, classificados como baixa renda, e os consumidores residenciais rurais, têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado do Paraná.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir o total de consumidores beneficiados pelos referidos Programas em 2023 e 2022:

	2023		2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de consumidores residenciais	6.198	92%	5.717	87%
Número de consumidores atendidos como “baixa renda” (i)	352	5%	512	8%
Número de consumidores atendidos como luz fraterna (ii)	231	3%	347	5%
	6.781	100%	6.576	100%

17. Custo de operação e construção

	2023	2022
Compra de energia para revenda	(17.172)	(15.496)
Custo de construção - linhas e redes	(2.539)	(913)
Custo da operação		
Salários	(561)	(1.126)
Encargos sobre salários	(376)	(474)
Benefícios a empregados	(130)	(223)
Materiais	(555)	(365)
Serviços de terceiros	(877)	(672)
Seguros	(21)	(48)
Depreciação e amortização	(534)	(378)
Outros	(354)	(662)
	(3.408)	(3.948)
	(23.119)	(20.357)

18. Receitas (despesas) operacionais

	2023	2022
Despesas gerais e administrativas		
Salários	(1.429)	(1.347)
Encargos sobre salários	(570)	(426)
Benefícios a empregados	(454)	(304)
Honorários dos administradores	(131)	(336)
Encargos sobre honorários dos administradores	(40)	(68)
Benefícios dos administradores	(28)	(66)
Honorários conselho fiscal	(68)	(4)
Materiais	(69)	(202)
Serviços de terceiros (a)	(1.517)	(1.299)
Aluguéis	(151)	(132)
Seguros	-	(4)
Recuperação de despesas	32	31
Impostos e taxas e tarifas	(12)	(63)
Depreciação e amortização	(110)	(63)
Gastos diversos	(195)	(136)
Perdas no recebimento	72	(11)
	(4.670)	(4.430)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Aluguéis	798	652
Ganhos no recebimento de precatórios	256	-
Recuperação de PIS e COFINS (b)	-	(463)
Outras receitas	270	499
	1.324	688
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.346)	(3.742)

(a) As despesas com serviços de terceiros referem-se aos custos incorridos na contratação de serviços especializados prestados por empresas ou profissionais externos. Essas despesas incluem, mas não se limitam a, serviços de processamento de dados, consultorias, auditorias, assessoria técnica e honorários contábeis.

19. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	198	266
Atualização monetária CVA	43	128
Outras receitas financeiras	294	723
	535	1.117
Despesas financeiras		
Atualização monetária CVA	-	(76)
Variações monetárias	(85)	(105)
Selic recuperação pis/cofins	(203)	(228)
Outras despesas financeiras	(180)	-
	(468)	(409)
Resultado financeiro	67	708

20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro ajustado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.012	2.129
(Adições) exclusões, líquidas	(712)	4
Compensação de prejuízo fiscal base negativa	(90)	-
Base de cálculo fiscal	210	2.133
Despesa de IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(51)	(720)
IRPJ e CSLL correntes	(51)	(720)

21. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, fornecedores e encargos setoriais.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

A Empresa não realizou operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A operações da Empresa estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração e todos os instrumentos financeiros detidos pela Empresa estão mensurados pelo custo amortizado e a administração entente que tais valores são próximos aos respectivos valores justos.

Considerações sobre os riscos

Os negócios da Empresa compreendem o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu

A Empresa está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial no preço de compra de energia elétrica de Itaipu. Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo de compensação - CVA, protege a Empresa de eventuais perdas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Instrumentos financeiros por categoria

	Classificação	2023	2022
Recursos em banco (Nota 4)	Custo amortizado	416	184
Aplicações financeiras (Nota 4)	VJR	32	3.121
Consumidores (Nota 5)	Custo amortizado	3.552	2.616
Ativo financeiro da concessão (Nota 9)	Custo amortizado	706	505
Passivos financeiros			
Fornecedores (Nota 10)	Custo amortizado	(3.822)	(4.031)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(524)	(785)

Alguns instrumentos financeiros têm o seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber e outras operações específicas. Assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Contingências

A Empresa, com base nas avaliações dos seus consultores jurídicos, analisa as demandas judiciais passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. No entanto, para os períodos de 2023 e 2022, não foram identificadas causas com prognóstico provável de perda, e, conseqüentemente, não houve o reconhecimento de provisões na contabilidade para tais períodos. A administração mantém o compromisso de monitorar continuamente as ações em curso e constituir provisões adequadas, caso surjam novas informações que alterem as avaliações atuais dos consultores jurídicos.

Demandas judiciais passivas não provisionadas

As demandas judiciais passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Cível	1.850	3.352
Tributárias	6	-
	1.856	3.352

23. Seguros

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir:

	2023	2022
Veículos	2.560	5.760
Vida	11.192	7.192

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos subsequentes

i) Conforme a vigésima nona alteração contratual de janeiro de 2024, o sócio Município de Coronel Vivida e outros sócios transferiram suas quotas de capital para o sócio Fábio Berger, resultando na saída de cinco sócios da sociedade.

O capital social total da empresa permanece inalterado, no valor de R\$7.257, com a nova distribuição de quotas entre os sócios. Fábio Berger passa a deter 55,64% das quotas. As demais cláusulas do contrato social permanecem inalteradas.

ii) Através da trigésima alteração contratual registrada em abril de 2024, a sócia Madeireira Serbema Ltda. transferiu suas 31.342 quotas de capital, sendo 18.764 quotas para o novo sócio André Agnolin e 12.578 quotas para o também novo sócio Fábio Luiz Agnolin, resultando na saída da sociedade. O capital social da empresa permanece inalterado, totalizando R\$7.257, com a nova distribuição de quotas refletindo a entrada dos novos sócios.

A nova estrutura de capital inclui André Agnolin com 0,2586% de participação e Fábio Luiz Agnolin com 0,1733%. Fábio Berger continua detendo a maior parte, com 55,64% das quotas. As demais cláusulas do contrato social permanecem inalteradas, e os sócios, por maioria, ratificaram as modificações de acordo com o Código Civil Brasileiro.

iii) Em maio de 2024, por meio da trigésima primeira alteração contratual, houve a cisão parcial da Empresa, resultando na redução de capital de R\$ 2.378, passando a ser R\$4.879, conforme quadro societário abaixo:

Sócios	Quotas	Valor	% Capital
Fábio Berger	2.767.457	2.767	56,73%
Pedro Mezzomo	16.393	16	0,34%
Roberto Lang	449.074	449	9,20%
Teresinha Mezzomo	1.645.670	1.647	33,73%
	4.878.594	4.879	100,00%

Os elementos que formam a parcela desmembrada da Empresa são compostos por terrenos e edificações, registradas (os) pelo valor contábil de R\$ 2.378. Os ativos foram transferidos para a Forcel Coronel Vivida Participações Ltda. (empresa beneficiária), que possui quadro societário substancialmente composto pelos sócios retirantes da Empresa.

